

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**  
 Em cumprimento aos dispositivos estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Santinvest S.A. – Promotora de Vendas relativas ao exercício 2017 em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2017.

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)**

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	EXERCÍCIO	
		2017	2016			2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.497</b>	<b>2.516</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>12</b>	<b>43</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	2.497	2.511	Obrigações Sociais e Estatutárias		7	20
Diversos		-	5	Obrigações Fiscais e Previdenciárias		4	11
				Outras Contas a Pagar	6	1	11
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.485</b>	<b>2.473</b>
				Capital:			
				De Domiciliados no País		1.300	1.300
				Reserva de Lucros		1.185	1.173
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.497</b>	<b>2.516</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.497</b>	<b>2.473</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)**

	NOTA	EXERCÍCIO	
		2017	2016
<b>RECEITAS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA</b>		<b>212</b>	<b>305</b>
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		189	305
Rendas de Títulos de Renda Fixa		23	-
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA</b>		<b>212</b>	<b>305</b>
<b>OUTRAS (DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(187)</b>	<b>(227)</b>
Despesas de Pessoal	8.b	(64)	(104)
Outras Despesas Administrativas		(79)	(56)
Despesas Tributárias		(11)	(15)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(33)	(52)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTACÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>25</b>	<b>78</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		(9)	(27)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>16</b>	<b>51</b>
LUCRO POR AÇÃO - (R\$)	7	0,61	1,89

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras\*

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)**

	EXERCÍCIO	
	2017	2016
<b>Atividades Operacionais:</b>	<b>16</b>	<b>51</b>
Lucro Líquido do Exercício	16	51
<b>Varição de Ativos e Passivos</b>	<b>(26)</b>	<b>4</b>
Redução (Aumento) em Outros Créditos	5	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(31)	4
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>(10)</b>	<b>55</b>
<b>Atividades de Financiamentos:</b>		
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos e/ou Provisionados	(4)	(12)
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos	(4)	(12)
<b>Aumento/(Redução) das Disponibilidades</b>	<b>(14)</b>	<b>43</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquidas</b>	<b>2.511</b>	<b>2.468</b>
Início do período	2.497	2.511
<b>Fim do período</b>	<b>2.485</b>	<b>2.473</b>
<b>Aumento/(Redução) das disponibilidades</b>	<b>(14)</b>	<b>43</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras\*

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)**

EVENTOS	NOTA	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE LUCROS			TOTAL
			Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		<b>1.300</b>	<b>168</b>	<b>966</b>	<b>-</b>	<b>2.434</b>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	-	51	51
- DESTINAÇÕES:						
- Reserva Legal	7.b	-	3	-	(3)	-
- Dividendos	7.c	-	-	-	(12)	(12)
- Reserva Estatutária	7.d	-	-	36	(36)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>1.300</b>	<b>170</b>	<b>1.003</b>	<b>-</b>	<b>2.473</b>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	-	16	16
- DESTINAÇÕES:						
- Reserva Legal	7.b	-	1	-	(1)	-
- Dividendos	7.c	-	-	-	(4)	(4)
- Reserva Estatutária	7.d	-	-	11	(11)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<b>1.300</b>	<b>171</b>	<b>1.014</b>	<b>-</b>	<b>2.485</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras\*.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Milhares de Reais)**

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL** A instituição está habilitada à prática das atividades que lhe são atribuídas pela regulamentação aplicável. Operou na intermediação de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos até 24 de outubro de 2017 sob a denominação de Santinvest S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, quando foi homologado pelo Banco Central do Brasil o pedido de cancelamento de autorização para funcionamento em decorrência da mudança do objeto social. Conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária de 14 de julho de 2017, está tramitando na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, o processo para alteração do objeto e da denominação social, sendo adotada a denominação Santinvest S.A. – Promotora de Vendas. Sua matriz está localizada na Rua Nereu Ramos, 19 - 8º andar - Centro - Florianópolis - SC. **NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO a. Declaração de conformidade** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 09 de janeiro de 2018. **b. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. **d. Uso de estimativas e julgamento (i) Principais premissas e estimativas contábeis** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. **NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 3.1 Reconhecimento de receitas e despesas** Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem. **3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.3 Instrumentos financeiros (i) Ativos financeiros não derivativos** A Empresa reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando,

somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Empresa classifica seus ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis. **Empréstimos e recebíveis** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber e adiantamentos concedidos e aplicações financeiras de longo prazo. **Caixa e equivalentes de caixa** Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são investimentos de risco baixo demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço. **3.4 Impairment de Ativos Não Financeiros** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes** O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 (base anual) para imposto de renda e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste dos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **3.6 Dividendos** Dividendos quando aplicáveis, são calculados com base no estatuto da Companhia e consideram 25% do lucro, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base na lei nº 9.249/95. Para fins de atendimento às disposições tributárias, os juros sobre o capital próprio a pagar são contabilizados como despesas financeiras. **3.7 Resultado** O resultado é apurado pelo regime de competência. **NOTA 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA a. Gerenciamento de riscos** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes

riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de Mercado** Risco de mercado é a exposição a uma mudança de valor de mercado de instrumentos financeiros causada por uma mudança em parâmetros de mercado. Como tratam-se de operações entre partes relacionadas, sendo que a Companhia é detentora de 100% desses investimentos, esse risco fica reduzido a quase zero. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de mercado na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	2.497	2.511
<b>b. Instrumentos financeiros - valor justo</b> Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:		
	2017	2016
	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2.497	2.497
Outras contas a pagar	1	11

	2017	2016
<b>NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
	Valor contábil	Valor justo
Banco conta movimento	4	1.404
Depósitos Interfinanceiros	-	1.107
Letra de Câmbio	2.493	-
	<b>2.497</b>	<b>2.511</b>

Em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 2.493 refere-se a aplicações em títulos de renda fixa de curtíssimo prazo, com resgate para o dia 8 de fevereiro de 2018. São remuneradas com base em 103% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. O montante de R\$ 1.107 em 31 de dezembro de 2016, refere-se a aplicações interfinanceiras de liquidez de curtíssimo prazo, remuneradas com base em 98% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. **NOTA 6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Capital Social:** Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, o capital

social é de R\$ 1.300 (hum milhão e trezentos mil reais), representado por 27.000 (vinte e sete mil) ações ordinárias nominativas, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal. **b) Reserva Legal:** Calculada nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 a razão de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício. **c) Dividendos:** É garantido aos acionistas no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados sobre o lucro líquido ajustado. No exercício foram propostos dividendos no valor de R\$ 4 (quatro mil reais). **d) Reserva Estatutária:** O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, foi destinado a constituição da reserva estatutária para atender a demanda de recursos financeiros para a expansão dos negócios da Instituição, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. A soma das reservas, estatutária e legal, está limitada a 100% do capital social. **NOTA 7. LUCRO POR AÇÃO** O resultado do exercício de 2017 possibilitou o retorno de R\$ 0,61 (sessenta e um centavos de real) por ação aos acionistas e de R\$ 1,89 (um real e oitenta e nove centavos de real) por ação no exercício de 2016. **NOTA 8. PARTES RELACIONADAS a) Operação com partes relacionadas:**

Natureza	Grau de Relação	2017	2016
Aplicações Interfinanceiras	Ligada – Santinvest S.A. – C.F.I.	-	556
Títulos de Renda Fixa	Ligada – Santinvest S.A. – C.F.I.	2.493	-

**b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração:** A remuneração total da pessoal chave da administração para o exercício de 2017 foi de R\$ 64 (sessenta e quatro mil reais) e 2016 foi de R\$ 104 (cento e quatro mil reais) integralmente como benefícios de curto prazo. **NOTA 9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS** Os instrumentos financeiros representados pelas disponibilidades e aplicações em títulos de renda fixa estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, deduzidos de eventuais provisões para perdas, os quais se aproximam dos valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a instituição não tinha qualquer transação que envolvesse operações com derivativos.

Luiz Carlos Santiago Presidente	Giorgio Rodrigo Donini Diretor
Juarez Medeiros Gualberto Diretor	Claudio Brezinski Contador CRC/SC-019.405/O-0

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da **SANTINVEST S.A. – PROMOTORA DE VENDAS Florianópolis - SC** **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da **SANTINVEST S.A. – PROMOTORA DE VENDAS** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTINVEST S.A. – PROMOTORA DE VENDAS** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Florianópolis (SC), 29 de janeiro de 2018.

**ALFREDO HIRATA**  
 Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

**MURLO CÉSAR KLEIN**  
 Contador CRC (SC) nº 030755/O-5

**MARTINELLI AUDITORES**  
 CRC (SC) nº 001.132/O-9